

O Sudoeste do Paraná e a presença militar na fronteira: aspectos de uma “comunidade imaginada”

Ronaldo Zatta¹
Ismael Antônio Vannini²

Resumo: O Sudoeste do Paraná teve sua colonização oficial vinculada à presença militar permanente por se tratar de região fronteira e conflituosa. A referida faixa territorial foi composta por terras devolutas próximas da República da Argentina, situação que propiciou a política varguista de ocupação colonial, na década de 1940, conhecida como Marcha para o Oeste. Entre colonos que fizeram parte deste projeto encontravam-se reservistas de origem rural que foram incentivados a participar do projeto de colonização oficial. Em 1957, por conflitos agrários, que resultaram na Revolta dos Posseiros, o Exército atuou em favor dos colonos ao defender os interesses do Governo Federal em pacificar a região, posição distinta na história daquela instituição. Já em 1965, a região viveu a primeira ação armada contra o Regime Militar brasileiro, a Guerrilha do Coronel Cardim, onde forças militares ao atarem no combate à guerrilha tiveram um de seus integrantes morto em operações: o Sargento Camargo. Pretende-se ao longo deste artigo, valendo-se do conceito de comunidade imaginada cunhado por Benedict Anderson, analisar como estes três eventos cruciais contribuíram para tornar permanente o contingente militar local, moldando um imaginário nacionalista naquela região de fronteira.

Palavras-Chave: Sudoeste; Paraná; posseiros; Exército; imaginário.

Abstract: The Southwestern Paraná had its official colonization linked to the permanent military presence for being a conflictive border region. Such territorial strip consisted of vacant land near the Republic of Argentina, a situation that led to the Vargas policy of colonial occupation, in the 1940s, known as the March to the West. Among the settlers who participated in this project were reservists from rural areas who were encouraged to participate in the official colonization project. In 1957 due to agrarian conflicts, that resulted in the Revolt of Squatters, the Army acted in favor of the settlers to defend the interests of the Federal Government to pacify the region, a distinct position in the history of that institution. In 1965, the region experienced the first armed action against the Brazilian military regime, the Colonel Cardim's Guerrilla, where military forces had one of their members killed in operations fighting the guerrillas: Sergeant Campbell. It is intended throughout this article, drawing on the concept of imagined community coined by Benedict Anderson, examine how these three key events contributed to make the local military contingent permanent, casting an imaginary nationalist on that border region.

Keywords: Southwest; Paraná; squatters; Army; imaginary.

**The Southwestern Paraná and the military presence on the border: aspects of an
"imagined community"**

¹ Doutorando em História UFPR. E-mail: ronaldozatta@yahoo.com.br

² Doutor em História PUCRS. Docente da UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. E-mail: ismael.vanini@bol.com.br

Pode se afirmar que a recente colonização do Sudoeste do Paraná ocorreu de forma distinta se comparada às demais regiões daquele estado. Compreendo uma área de fronteira composta por terras devolutas, próximas da República da Argentina, a região contou com a presença de unidades militares deslocadas por conta do conflito agrário conhecido como Revolta dos Posseiros em 1957, cuja história militar institucional se confunde com a história da colonização oficial. Foi no governo Vargas, durante o Estado Novo, que se gerenciou uma política de colonização oficial conhecida como “Marcha para o Oeste”, qual visava empreender a ocupação territorial através de movimentação de colonos migrantes para áreas tidas como “vazios demográficos”, para isso criou colônias agrícolas que operacionalizavam essa intenção.³

No Sudoeste do Paraná coube à Colônia Nacional Agrícola General Osório – CANGO, a partir de 1943, a função de promover a distribuição de terras aos migrantes oriundos, principalmente, dos demais estados do sul. Dentre os migrantes de origem agrícola, dava-se preferência aos reservistas que haviam se deslocados dos afazeres agrícolas para prestação do serviço militar obrigatório. Em 1957, por conta do conflito agrário conhecido como Revolta dos Posseiros, o Exército, como instituição federal, intervém decisivamente na resolução da questão se posicionando a favor dos posseiros com a atuação efetiva de tropas. Vindo, posteriormente em 1962, por determinação da Casa Militar, que por sua vez estava subordinada diretamente à Presidência da República, operar, através do Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná – GETSOP, a medição e titulação dos lotes urbanos e rurais, trabalho que se prolongou até década de 1980, garantindo assim a propriedade privada da terra naquela região de fronteira. Já em 1965, a região viveu a primeira operação de contraguerrilha empreendida pelo Regime Militar no combate ao grupo do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, cujo saldo foi a morte de um militar do Exército, o sargento Carlos Argemiro de Camargo, membro ativo naquela comunidade regional.

Pretende-se discutir nesta comunicação como a presença militar na região operacionalizou um imaginário social⁴ de caráter nacionalista, influenciando diretamente na construção de uma identidade grupal naquela comunidade. Enquanto em nível nacional o

³ Cabe lembrar que se trata do mesmo período em que o Estado Novo financiava intelectuais para elaboração de uma identidade nacional brasileira como política de governamental.

⁴ Compreende-se que “O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade”. (MORAES, 2002. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>)

Estado Novo projeta a política de construção da identidade nacional brasileira, no sudoeste do Paraná se dava a colonização oficial onde laços de convívios entre as tropas militares, que coexistem diariamente com o ideário de nação dentro dos quartéis, se estreitaram com os migrantes sulistas por ocasião de um conflito agrário de repercussão internacional.

Não havendo espaço aqui, para as extensas discussões conceituais sobre nação, nacionalismo e identidade, pretende-se ressaltar que os estudos sobre nação e nacionalismo têm acentuado elementos históricos, e subjetivos, na produção teórica; que composta pela identidade têm se apresentado como uma categoria de análise recorrente. Pois a “nação e o nacionalismo têm sido entendidos como um conjunto de sentimentos e significados coletivos, sociais e historicamente produzidos, sendo a identidade o que produz unidade e coerência a esses sentimentos”. (NAUJORKS, 2010, p. 113)

Compartilha-se então, a perspectiva antropológica de Benedict Anderson, quando define nação como uma produção social e subjetiva, onde esquecimentos e invenções são processados. Ou seja, para esse autor, a nação é uma comunidade política imaginada, intrinsecamente limitada e soberana, sendo considerada a imaginação a principal característica da comunidade nacional. (ANDERSON, 2008). Conseqüentemente, é possível pensar o sudoeste do Paraná por Anderson quando afirma que “qualquer comunidade maior que aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo que são imaginadas. ” (ANDERSON, 2008, p. 33) A posição deste autor fornece, teoricamente, uma possibilidade de interpretação para as relações sociais da região estudada ao se referir à nação como uma comunidade, que apesar de haver possíveis desigualdades ou explorações, “é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal”. (ANDERSON, 2008, p. 34)

Neste sentido, parece muito mais plausível afirmar que posicionamentos da comunidade regional se identificando com o ideário militar, chegando a atuar como informante nas operações de contraguerrilha de 1965, teve muito mais ligação com o passado histórico que lhes foi comum, qual acabou por render a produção de uma identificação grupal com os integrantes das unidades militares para lá deslocadas em tempos de colonização, do que um posicionamento, dos locais, puramente político ideológico definidos pela Guerra Fria; ou então ativamente coercivo, através da utilização da força por parte dos militares, após o Golpe Civil-Militar brasileiro.

A colonização oficial, a presença e a atuação militar na fronteira paranaense

Os dois países que mais tiveram incidentes diplomáticos em suas fronteiras no continente sul-americano foram Brasil e Argentina, isso se deu por motivo de seus princípios da Geopolítica ao tentar impor ao vizinho um projeto de hegemonia no Cone Sul do continente. (HEINSFELD, 1996) O sudoeste paranaense fizera parte desta área de disputa que ficou conhecida como a “Questão das Missões ou Palmas” sendo resolvida quando diplomata Barão do Rio Branco, a mando do Presidente Floriano Peixoto, advogou a questão em Tribunal Internacional com o argumento de que brasileiros já ocupavam essa região. O presidente americano Grover Cleveland, responsável para julgar a questão, deu ganho de causa ao Brasil em 06/02/1895. (HEINSFELD, 2007)

Resolvido a questão com a Argentina, o Estado do Paraná, agora província desde 1853, “começou a defender a região do Sudoeste, contra o desejo do Estado de Santa Catarina de incluí-la em seu domínio”. (CASTELLI; QUADROS; BONAMIGO, 2007, p. 86). Mas somente em 20 de outubro de 1916, fora firmado um acordo entre as duas partes, dividindo o território em questão. (LAZIER, 1998)

Em seguida, o governo do Estado de Santa Catarina concede à José Rupp a área em disputa para exploração de erva-mate e madeira; o governo paranaense também havia concedido o direito de exploração da mesma área para a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande - CEFSPRG⁵ como pagamento da passagem de via férrea pelo Estado, e da construção de um braço de estrada que ligava a cidade de Guarapuava ao litoral. A CEFSPRG havia começado a demarcar e vender títulos de posse de toda a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim. Entretanto, com a vitória de Vargas na Revolução de 1930, o General Mário Tourinho assumiu o governo do Paraná como interventor. E, ao analisar as concessões e perceber irregularidades, inclusive o não cumprimento do contrato por parte daquela companhia, anulou tais concessões. Começa assim a batalha jurídica entre o Estado paranaense com a CEFSPRG, que reivindicava a posse.

Tentando defender os interesses da União o Presidente Getúlio Vargas, através dos decretos 2073 de 8/03/1940 e 2436 de 22/07/1940, incorporou os bens da Brazil Railway Company ao patrimônio nacional. E entre eles estavam as tais terras da Gleba das Missões, o

⁵A CEFSPRG era uma subsidiária da *Brazil Railway Company*, um *trust* com ramificações no país inteiro possuindo 14 empresas, sendo que uma destas atuava no Paraná. Também foi a responsável pela construção da ferrovia Madeira-Mamoré no Estado de Rondônia.

sudoeste do Paraná, originando uma nova luta jurídica entre os governos federal e estadual. (LAZIER, 1998)

Entretanto, foi ainda na década de 1930 que o governo Vargas passou a ter uma estreita ligação entre “segurança nacional e política territorial”, numa ótica em que o fortalecimento do Estado dependia da garantia do seu território. (ZAGO, 2007). Essas metas governamentais tiveram reflexos incisivos no sudoeste do Paraná, provocando uma migração que resultou a colonização oficial da região.



Figura 1. Mapa da Gleba Missões e Chopim. Fonte: Caderno Cultural nº 1 Projeto Memória intitulado Revolta dos Posseiros: Cinquentenário 1957-2007.

Gregory afirma que foi também no

período Vargas, as ações oficiais do governo, baseadas no nacionalismo e assentadas sobre um Estado fortalecido e centralizador, objetivam a buscar a integração. No que tange a ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa “Marcha para o Oeste”. Em regiões de fronteira nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicitar os sentimentos nacionais. (GREGORY, 2002, p. 65)⁶

⁶ A afirmação de Gregory sobre “laços estreitos com argentinos e paraguaios” justificando colonização é bastante criticada pela historiografia, haja vista que os indígenas que habitavam a região da fronteira não eram

Assim, o processo de ocupação da Antiga Gleba das Missões, e parte da Gleba Chopim, cerca de 500.000 hectares, possuiu alguns momentos significativos. Dentre pode ser citada a criação da CANGO pelo

Presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira, fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal. (MARTINS, 1986, p. 26)

MINISTÉRIO DA GUERRA

(1) Sr. R. M. (2) 2º R.M.N. (Corpo ou Formação de Serviço)

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA

Nº 460701

Certifico que o cidadão **ORESTE BARBIERI**, da classe de 1.923, alistado no ano de Sorteio pelo município de Alfredo Chaves, Estado Rio Grande do Sul, e incorporado no ano de 1942, é considerado reservista de 1ª categoria.

A) Identificação

Filho de Consigente Barbieri e de Irene Favarete

Natural de Estado R.G.S., Município Chaves, Cidade (lugar)

Data de nascimento 23.1.1923

Vacinado? sim Le? sim Excreta? sim

Profissões sucessivas com civil

Outras notas Excluído por conclusão de tempo

Cor branca
Cabelo castanho
Olhos castanhos língs
Altura 1,72
Nariz reto
Rosto oval
Boca regular
Sinais particulares não tem.

B) Serviço ativo

Unidade onde serviu 2º Regimento Moto-Mecanizado

Tempo de serviço (incluído em 16.3.1945, excluído em 31.1.1946)

Especialidades **Piloto**

Graduação **Soldado**

C) Mobilização

Destino de mobilização Seção Mob. n. 54

Vai residir em (Cidade e, se possível, rua e número)

Em caso de mobilização deverá apresentar-se (Cidade (lugar), Centro de Mobilização n., No. dia de mobilização.)

Porto Alegre 31 de Janeiro de 1946

OBSERVAÇÕES:
A) Este certificado poderá ser substituído oportunamente pela caderneta correspondente.
B) Em caso de mobilização o reservista deverá apresentar-se à autoridade local (civil, se não houver guarnição militar), a fim de obter meio de transporte até o lugar do Centro de Mobilização que lhe foi atribuído.

Figura 2. Certificado de Reservista de 1ª Categoria do Sr. Oreste Barbieri. Fonte: Arquivo pessoal da família Barbieri.

nem “argentinos” nem “paraguaios”. No entanto ao recorte temporal deste estudo fornece propriedade e torna-se pertinente para uma análise da ocupação nos projetos de caráter desenvolvimentistas pensado para a região.

A dada preferência para reservistas de origem rural se fixar naquela região de fronteira apresentava o intuito de, para além da ocupação demográfica e integração econômica regional, proporcionar, em caso de conflito armado, a probabilidade de mobilização de um exército treinado e com causas reconhecidas para a defesa de fronteira. Neste sentido, cabe citar o caso do reservista Oreste Barbieri, residente de Erechim/RS que após prestar serviço militar obrigatório em 1945 no 2º Regimento Moto Mecanizado, unidade de combate do Exército sediado em Porto Alegre-RS, se mudou para a Vila Marrecas⁷ em 1948, para exercer atividades laborais de ordem agrícola.⁸ (Figura 2)

Mas a disputa pela área se mantém, e após tentar vários anos receber a indenização do governo federal através de luta judicial, José Rupp vende seus créditos para a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), empresa esta que possuía ligações com o governo estadual do Paraná. Desta forma, ao mesmo instante que o governo federal promovia a ocupação territorial da região através da CANGO, o governo paranaense, a partir de 1947, defendia interesses privados revendendo mais uma vez os mesmos lotes de terras aos colonos migrantes, que em sua grande maioria eram sulistas de origem européia.

A CITLA atuava sob a proteção do governo estadual, políticos e a polícia militar, logrando êxito na exploração dos migrantes quando contrataram jagunços para obrigar o pagamento dos lotes; ou deixarem a área. Perante a exploração da companhia imobiliária e das atrocidades efetuadas pelos jagunços surgiu um clima de animosidade e revolta entre os posseiros que resultou na conhecida Revolta de 1957. (BERNARDI, 2007). Tal conflito resultou na implantação de uma unidade militar permanente, pois até então o efetivo era um destacamento temporário por conta do clima de instabilidade social.⁹

Heller descreve o epicentro da revolta que no dia 10 de outubro de 1957, onde mais de seis mil colonos tomaram a cidade de Francisco Beltrão, transformaram uma estação de rádio no centro das operações e destituíram todas as autoridades. A delegacia de polícia e a prefeitura foram tomadas, também e o juiz foi mantido preso em sua residência. As vias de acesso a região foram todas controladas. “O Exército atuou discretamente, afastando todos os dirigentes das companhias e seus jagunços”. (HELLER, 2006, p.168). Isso explica o fato de que ao prenderem os jagunços, nenhum dos dirigentes das companhias estarem presentes,

⁷ Atual cidade de Francisco Beltrão-PR.

⁸ De acordo com sua esposa, Anita Salmoria Barbieri, mesmo exercendo a profissão de agricultor, Oreste Barbieri atuou como informante do Exército sobre localização dos acampamentos de jagunços durante a Revolta de 1957. Projeto Memória Cultural da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, entrevista nº 253 - Anita Salmoria Barbieri.

⁹ Na década de 1950 a região em litígio representava uma série de comunidades emancipadas e economicamente produtivas, buscando integração à economia nacional.

estes, segundo Heller, foram retirados da cidade, o que, provavelmente, evitou um embate mais sangrento.

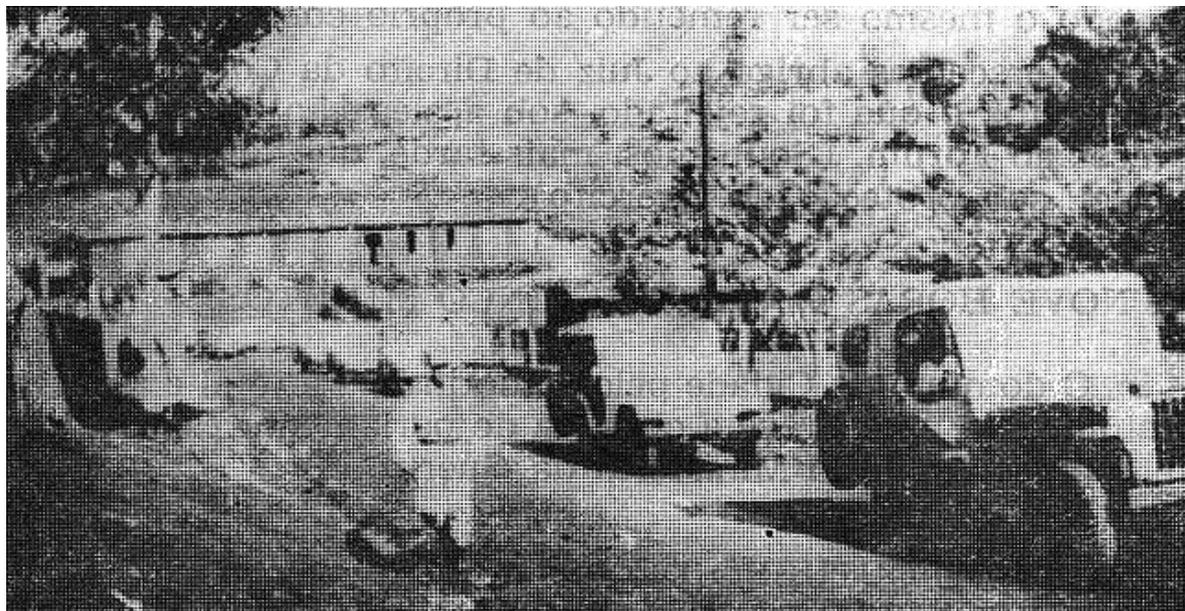


Figura 3. Retirada dos jagunços da cidade de Francisco Beltrão/PR em outubro 1957 por escolta militar. Fonte: *Entre Jagunços e Posseiros*, 1986.

Em relação à atuação específica de tropas neste evento, Cristina Colnaghi afirma que no movimento de Francisco Beltrão, ao deflagrar-se o conflito, a tomada da cidade e a expulsão das companhias, os revoltosos tiveram como retaguarda a ação do Batalhão do Exército. Numa ação relâmpago, teria garantido a tomada da cidade e transferido o controle aos líderes do movimento, retirando-se em seguida. Uma atuação melindrosa e sigilosa que não fora percebida pela imprensa e pela maioria dos envolvidos. (COLNAGHI, 1984)

Na interpretação de Iria Gomes, as participações das forças militares estão relacionadas ao fato de que o Conselho de Segurança Nacional (CSN), solicitou ao Ministério da Agricultura a criação de uma colônia agrícola para a ocupação da região de fronteira. E que, a presença do efetivo das forças armadas foi uma solicitação da CANGO, devido aos intensos conflitos na colonização. O Conselho teria se manifestado contra a atuação das companhias de terras na região. Gomes entende que os interesses do exército, coincidiram com os interesses dos colonos e por esta condição ficou do lado dos insurgentes. (GOMES, 2005)

Na interpretação de Colnaghi, a posição do Exército no episódio de 1957 se transformou em evento ímpar na História do Brasil:

Pela primeira vez no Brasil um movimento camponês extrapola a comunidade e torna-se regional-tomando cidades, destituindo autoridades de seus cargos, "nomeando" outras, e elegendo junta deliberativa- contando com a garantia do Exército Nacional. Este não cumpriu, no Sudoeste do Paraná a tradição de confronto direto e de acomodação dos movimentos camponeses - a exemplo de Canudos, Contestado, Araguaia, Tocantins e outros- muito pelo contrário, esteve ao lado dos camponeses, dando-lhes garantias. (COLNAGHI, 1984, p.20)

Mas, por trás disso estava uma complexa e imbrincada questão política, envolvendo o cenário local, estadual e federal. Caso o Exército oficializasse sua ação, esta se caracterizaria como intervenção federal, e o desgaste político do grupo do Governador Moises Lupion, provocaria um mesmo efeito no então presidente da República, Juscelino Kubitschek, ambos ligados ao PSD. É certo que a relação entre Lupion e o presidente já estava desgastada, visto que nas eleições para a presidência em 1955, no Estado do Paraná o então adversário Ademar de Barros do PSP, obteve uma votação maior que JK. Lupion não abraçou a campanha e deixou o diretório do partido escolher entre os concorrentes. (COLNAGHI, 1984)

Uma vez eleito Jânio desapropriou a área em litígio, declarando de utilidade pública a Gleba das Missões e parte da Gleba Chopim, através do Decreto nº. 50379 de 27/03/1961, mas devido sua renúncia fica em aberta a situação até João Goulart assumir o Governo Federal. A 19/03/1962, pelo Decreto nº 51431 o presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP, com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para a efetivação da desapropriação. (LAZIER, 1998) A GETSOP estava subordinada diretamente ao Gabinete Militar da Presidência da República, sendo que comando do órgão ficou com o presidente do Conselho Nacional, sob a orientação jurídica da Procuradoria da República e do Estado, mas, ligado diretamente à Presidência da República, através da Casa Militar. (WACHOWICZ, 1987)

Com um acordo assinado em 1962, entre o governo federal e o governo estadual, foi transformado a GETSOP um órgão misto, ou seja, com investimentos e responsabilidades de ambos. Que tinha entre suas obrigações a tarefa de medir e demarcar os lotes a serem entregues aos colonizadores, construir estradas para escoamento da produção e construir e instalar órgãos de ensino, ou seja, integrar economicamente a região. E coube ao Exército, através de três unidades militares transferidas para aquela região – uma Divisão de Levantamento, uma Companhia de Infantaria e um Batalhão de Engenharia – fornecer mão de obra para a realização das metas propostas pela GETSOP. A presença militar além de garantir a pacificação da região, garantiu através de suas ações posteriores, por determinação

presidencial, a garantia da propriedade da terra, transformando incertos posseiros em proprietários legais.



Figura 4. Visita ao sudoeste do Paraná em 17 Mar. 1962 do Presidente da República João Goulart (esquerda da foto), ladeado pelo Governador Ney Braga e o General Aurélio de Lyra Tavares - Praça Presidente Vargas/Pato Branco-PR. A visita marcou a abertura do processo de legalização das terras. Fonte: *Revista 50 anos da Revolta dos Posseiros 1957-2007: Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Departamento de Cultura do Município de Pato Branco - PR.

Simbolicamente a participação das tropas militares na Revolta de 1957 foi retratada por uma música popular que faz alusão ao período de colonização pela ótica do posseiro. Sabe-se que a unificação de uma sociedade é dada pela unidade de seu mundo de significações (CASTORANDI, 1982), assim, permite-se perceber, a letra desta cantiga representa um grupo de posseiros que lutou pela posse da terra construindo seu mundo, pensando e elaborando um meio de externá-lo posteriormente, a viola. Num episódio que, pelo que se tem percebido, foi impar na história do Brasil, o único momento em que as forças militares aturam em favor dos revoltosos numa luta pela posse da terra, e ainda, contribuindo efetivamente para que esses posseiros saíssem vitoriosos. O trecho da moda de viola que segue, pode ser pensado como um fruto cultural¹⁰ do sentimento nacionalista regional.

1
A polícia nada via
Nessa cruel ocasião

3
No meio dessa balbúrdia
Chegaram os homens de farda

¹⁰ Expressão usada por Anderson (2008) para referir-se à poesia, a música e monumentos oriundos do nacionalismo moderno.

Essa morte aumentou
A tristeza no sertão

2

O pobre do posseiro
Não podia reclamar
Comprava o lote obrigado
Ou se deixava matar
371)

Do nosso glorioso Exército
Das nossas Forças Armadas.

4

O Colono ficou alegre,
Nessa gente ele confia.
Veio o Exército preparado
Para lhe dar garantia. (MARTINS, 1986, p.

Neste sentido, cabe pensar, que a presença militar na área foi a garantia de posse da terra, tranquilizando os posseiros em relação ao passado de agitação social. Produzindo, pela ótica sentimentalizada do posseiro, relações sociais imaginadas como sendo uma comunidade horizontal, cuja permanência na região até os dias atuais, alimenta esse imaginário de um Exército “benfeitor”. O trabalho de medição de lotes, emissão de documentos, evacuação de doentes, construção de estradas, pontes e escolas fomentaram um vínculo muito próximo da comunidade local com as práticas da caserna, nos permitindo afirmar que na região tenha se desenvolvido um imaginário social de caráter nacionalista pela existência deste passado histórico em comum.

Sabe-se, também, que a consciência de formar uma comunidade é desenvolvida através da apropriação de símbolos, bem como a repetição de ritos que fortificam seus integrantes. Assim, estes se sentem unidos e seguros para carregar emblemas e insígnias que representem essa unidade ou caráter que se destingue dos “outros”. (GUIBERNAU, 1997). Cabe perceber que a bandeira nacional brasileira, cultuada diariamente dentro dos quartéis, se tornou um dos signos da Revolta dos Posseiros de 1957. Cabe pensar a fotografia que segue retratando esse argumento, pois apresenta os posseiros ostentando o pavilhão nacional entre armas no ombro em comemoração a ação vitoriosa de 1957, fotografia que se tornou o símbolo principal daquela luta social.¹¹

Também, é certo que a construção de “identidades em qualquer nível é seletiva, simbólica e historicamente *influenciada*”. (STRATHERN; STEWART; 1999, p. 61). Neste sentido, permite pensar que os integrantes do Exército, percebidos por suas ações entre a década de 1950-1980, passaram a serem compreendidos pela comunidade local como agentes diretos da pacificação e legalização daquelas terras.

¹¹ É conhecida a íntima ligação da bandeira nacional com as tradições militares, a apropriação deste signo pelos revoltos permitiu a interpretação de que posseiros e militares compartilhavam a mesma causa. Também, a forma que se posta a bandeira e a arma ao ombro, a mesma utilizada pelas tropas militares em desfiles e honrarias, concebe o elevado grau de respeito pela bandeira, um tecido que representa a nação.

Os posseiros, e os militares de baixas patentes que se fixaram na região, construíram em conjunto uma base de crenças e valores sociais que resultou numa visão de mundo semelhante, definidor de comportamento político tipificado no período do Regime Militar. Entretanto, outro enfoque que privilegiou o conceito de imaginário social na compreensão da aceitação dos militares como ‘guardiões regionais’ foi o processo de socialização entre os integrantes do Exército e os integrantes da comunidade local, podendo atestar a construção de identidade coletiva daqueles sujeitos.



Figura 5. Cena da Revolta dos Posseiros de 1957 na praça da cidade de Francisco Beltrão e tornou-se um símbolo do movimento social. Sr. Olívio Giusti (segurando a bandeira), Sr. Luis Lorenzetti e o Sr. Nelson Meca. Fonte: Acervo do Departamento de Cultura Memorial de Francisco Beltrão-PR.

De pequenos favores às ajudas importantes, como prestação de socorro e encaminhamento de documentação, o Exército se firmou como instituição necessária para consolidar a colonização oficial varguista¹², posição esta que foi reconhecida pela população

¹²No período de colonização o Exército efetuava serviços de ordem social por ocasião da ausência de outros órgãos do Estado, entre estes podem ser citados: patrulhamento policial na faixa de fronteira, alfabetização através da escola regimental, evacuação de doentes para Curitiba, encaminhamento de documentações diversas, medições de terras, estadias e alimentação para colonos precisavam deslocar-se à cidade, instalação de telecomunicações (televisão e rádio), contato com familiares de colonos em SC e RS por meio do rádio militar, construção de escolas, estradas, pontes, rodovias, campos de futebol, quadras de esportes e realização de festas, jogos de cartas, torneios de futebol, caçadas e jantares em comum. E, em contrapartida, os militares recebiam o apoio da comunidade regional que facilitava a instalação e inserção da tropa, cabe registro a fixação de milicianos de outras regiões do país através de inúmeros matrimônios com filhas de posseiros. Evidentemente, os militares que foram enviados para a região não vieram para realizar com a finalidade de executar obras de caridade, mas sim com uma missão: garantir a ocupação territorial e desenvolvimento planejado pelo Governo

regional qual facilitou a instalação e inserção social da tropa, promovendo o ‘bom convívio’ com os jovens milicianos. Até mesmo quando isso significou quebrar algumas de suas próprias regras: o caso da aceitação de militares negros no único clube social da cidade de Francisco Beltrão – PR, da mesma forma que é identificado diversos casamentos entre militares que foram transferidos para as unidades locais com filhas de posseiros.

Em março de 1965, quando iria completar um ano do Regime Militar instaurado no Brasil, deu-se início no Estado do Rio Grande do Sul uma tentativa fracassada de contragolpe em nosso país, comandada pelo ex-Coronel de Artilharia do Exército Jeferson Cardim de Alencar Osório, tendo como seu principal assessor Albery Vieira dos Santos, ex-Sargento da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, ambos exilados no Uruguai. (MITCHELL, 2007)¹³. Com rapidez os dois começaram a se articular, mesmo sem apoio de Brizola conseguiram juntar mil dólares, três fuzis tchecos semi-automáticos e alguns revólveres. Arrumaram um caminhão e com vinte e três homens entraram no Brasil no dia 19 de março de 1965. (GASPARI, 2002). Com tal efetivo, em sua maioria reunida em território gaúcho, surgiram as FALN - Forças Armadas de Libertação Nacional. (USTRA, 2006)¹⁴

As FALN dominaram algumas unidades da Brigada Militar gaúcha, recolhendo armas e munições destes quartéis e fazendo breves proclamações revolucionárias pela rádio local. (MITCHELL, 2007) O grupo então se dirigiu para o sudoeste do Estado do Paraná onde seus integrantes acabaram sendo aprisionados pela a 1ª Companhia de Infantaria, Organização Militar sediada em Francisco Beltrão-PR desde a Revolta dos Posseiros, que então, passou a ser denominada historicamente, por ocasião de ter efetuado tais prisões, a “Sentinela do Sudoeste”.

Os relatórios militares atestam uma versão de que no dia 27 de março de 1965 por volta das 11 horas na região de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques – Pr, que ao pressentir a aproximação das tropas do Exército brasileiros oriundos da cidade de

Federal. Portanto, fazia parte do seu trabalho uma participação ativa na comunidade através de trabalhos previstos pela GETSOP, tendo como última norma de funcionamento “*Incentivar o espírito associativo entre os colonos da região Sudoeste*”. (NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GETSOP). (ZATTA, 2009, p. 94)

¹³Existe a versão de que o ex-sargento Albery, um dos exilados mais corajosos e radicais, procurou Brizola solicitando dinheiro para realizar a incursão armada e este não forneceu. Encontrando-se depois com Jeferson Cardim de Alencar Osório nasceu o movimento. Cardim era parente remoto de Castelo Branco e ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), veterano militante de esquerda, despertava ódio aos militares do Exército porque quebrara a ética militar casando-se com a mulher de um companheiro e em seguida se amasiando com sua enteada, ou seja, havia perdido o respeito do oficialato na caserna. (ARAUJO; CASTRO, 1997).

¹⁴ A primeira ação armada contra o Regime Militar brasileiro em 1965 é conhecida por distintas designações, tais como “*Coluna Cardim*”, “*Operação Três Passos*”, “*Forças Armadas de Libertação Nacional*”, “*Guerrilha do Coronel Cardim*” ou, até mesmo ridicularizado por “*Exército Brançalione*”.

Francisco Beltrão, o grupo guerrilheiro realizou uma emboscada¹⁵. E que este combate armado produziu uma vítima fatal que mais tarde se transformaria em herói da Ditadura Militar: o 3º Sargento Carlos Argemiro de Camargo. Camargo foi alvejado várias vezes ao desembarcar da viatura quando realizou contato com o grupo de Cardim. (AUGUSTO, 2002) Entretanto, estudos recentes apontam que a situação pouco esclarecida da morte de Camargo pode ter encoberto algo inadmissível para os militares em tempos de repressão, a incompetência militar em combate. Há indícios de que o herói pode ter sido morto pelas armas dos próprios companheiros de pelotão durante o confronto armado, a “tese do tiro amigo”. (ZATTA, 2013)¹⁶



Figura 6. Portão principal do quartel de Francisco Beltrão/PR na década de 1990 com sua denominação histórica. Fonte: Arquivo fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada.

Mas o que merece análise, neste estudo, é a morte Carlos Argemiro de Camargo, celebrada como ato extremo de heroísmo militar sendo institucionalizado por cultos fúnebres durante quatro décadas, citada como exemplo a ser seguido por militares e civis na luta contra o comunismo.¹⁷ No discurso institucional, Camargo tombou em defesa da nação, em nome da

¹⁵ Relatório do Tenente Lemos Transcrito no Livro Histórico da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria de Francisco Beltrão – PR, do Livro de Memórias do Tenente Camargo nas dependências do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado na cidade de Francisco Beltrão-PR.

¹⁶ Os guerrilheiros foram presos e conduzidos ao 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu/PR, sendo julgados e condenados pela Justiça Militar da 5ª Região Militar/Curitiba - PR. Entretanto, no final do século passado foram favorecidos pela Lei da Anistia e reparados por indenizações da Comissão da Anistia; sendo recentemente em 2014, homenageados pela Comissão Nacional da Verdade em Audiências Públicas, motivo de severas críticas oriundas da ala militar conservadora. Para mais informações sobre a Operação Três Passos consultar a página da CNV. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/497-cnv-vai-ao-rio-grande-do-sul-reconstruir-a-historia-do-primeiro-levante-armado-contra-a-ditadura-militar> > . Acesso em: 19 dez. 2014.

¹⁷ Camargo foi promovido *post mortem* ao posto de 2º tenente e recebeu a mais alta honraria militar concedida pelas Forças Armadas por ato de bravura: a Medalha do Pacificador com Palma. Art. 2º do Decreto 4.207, a

pátria.¹⁸ Entretanto, o processo de invenção do heroísmo militar no sudoeste do Paraná não ocorrera sem a aprovação da comunidade, pois, quando a sociedade não se identifica, sobrevém o processo de desconstrução do herói, peculiar de lutas sociais. Assim, a heroicização na política necessita da aprovação social e “o processo de consagração está presente sempre que as relações sociais e os esquemas de classificação operadores estejam baseados no reconhecimento, embasados em busca de sentido”. (CORADINI, 1998, p. 212)¹⁹

Neste contexto foi instituído o culto cívico à Camargo, além de formaturas e cerimoniais militares orientados por devocionais católicos. Seguiu-se nas décadas finais do século XX a edificação de “lugares de memórias” como cenotáfio, monumentos, praça, rua, colégios, lápide, epitáfio e casa museu militar, amparando uma das mais elaboradas construções simbólicas da Ditadura Militar. (ZATTA; COSTA GAMA; RIPPEL, 2010)



Figura 7. Aspectos da Praça Tenente Camargo, abaixo do brasão militar encontra-se sepultados os restos mortais do herói militar. Aos fundos à esquerda, a porta do Museu Militar Tenente Camargo. Foto: Registro fotográfico para este estudo.

Medalha do Pacificador com Palma será concedida pelo Comandante do Exército aos militares e civis brasileiros que, em tempo de paz, no exercício de suas funções ou no cumprimento de missões de caráter militar, tenham se distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida.

¹⁸ Para Anderson (2008) em estudos sobre o patriotismo, o sacrifício supremo vem acompanhado da ideia de pureza somente pela fatalidade. Então, o ato de morrer pela pátria assume valorização moral que não pode ser comparada, pois as nações inspiram amor, um amor de autosacrifícios.

¹⁹ Importante ressaltar que, o sudoeste paranaense reunia condições sociais para que se desenvolvesse um herói militar. O heroísmo foi um discurso que recebeu aceitação! Como exemplo de heroificação não aceita na região pode-se citar o caso de Julio Assis Cavalheiro. O episódio se deu durante a Revolta dos Posseiros em 1957 quando alguns posseiros exaltados derrubaram o monumento erguido na Avenida em sua homenagem, via principal da cidade de Francisco Beltrão – PR. Tratava-se de monumento em homenagem ao ‘pioneiro’ Julio Assis Cavalheiro, funcionário chefe de uma das Companhias Imobiliárias, a CITLA – Companhia Industrial e Territorial Ltda, uma das responsáveis pela exploração imobiliária ilegal e da contratação de jagunços para intimidar os migrantes. Foi esta relação de exploração que ocasionou a Revolta dos Posseiros em 1957. Sendo que neste mesmo ano, houve a intenção de mudar o nome avenida para “Avenida 10 de Outubro”, referenciando a data de eclosão da Revolta dos Posseiros, entretanto o projeto não foi aprovado no legislativo municipal daquele município. (ZATTA; RIPPEL, 2013)

A foto que anterior é o cenotáfio²⁰ edificado na Praça Tenente Camargo na década de 1970, dentro da área militar de Francisco Beltrão-PR, erigido simbolicamente pelo fuzil cravado ao chão, sobreposto por um capacete, o símbolo da morte em combate. Para Anderson, não existe símbolos mais impressionantes da cultura moderna do nacionalismo do que os cenotáfios e o túmulo do soldado desconhecidos, pois os túmulos vazios estão carregados de imagens nacionais espectrais. E é neste sentido que a morte se constitui numa das principais raízes do nacionalismo, sugerindo grande afinidade aos imaginários religiosos (ANDERSON, 2008)

E, numa comunidade colonial, onde as relações interpessoais se tornam mais próximas, a interação dos militares com a sociedade era um fato. Camargo prestava trabalho voluntário como professor de vôlei num estabelecimento católico de ensino fundamental, e fez parte do efetivo que foi deslocado na década 1950 para pacificação do conflito agrário. Logo, a morte daquele sargento passou a ser compreendida como ‘perda de um membro da comunidade’, transmitindo resquícios de um imaginário benfeitor que permanecem até o tempo presente, quando atualmente moradores apreciam com “bons olhos” a incorporação de seus descendentes para prestação do serviço militar obrigatório; e ainda em 2015 comemoram o seu morto.²¹

Considerações finais

A presença militar no sudoeste paranaense se confunde com a própria história da colonização na região. E, compreendendo que a história não é uma construção monolítica, pode-se afirmar que o Exército se destacou no meio social como um mediador de memória e – através de seus soldados que se fixaram àquela comunidade colonial – contribuiu para a formação de uma identidade política regional de caráter nacionalista, regrada por normativas próprias e peculiares da caserna. E, numa análise dos comportamentos sociais em específicos, que se distingiram do restante do país naquele momento, por conta dos laços de sociabilidade forjados pelos eventos da Revolta dos Posseiros em 1957, que se deram sete anos antes do

²⁰ Em 2005 o Exército brasileiro realizou a exumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo para o cenotáfio, resolvendo uma questão de pagamento de taxas municipais com o Cemitério Municipal de Francisco Beltrão/PR, quando foi realizada a exumação, o traslado e a inumação, compondo um cerimonial fúnebre previsto para Chefe de Estado.

²¹ Exército homenageou Tenente Camargo, nos 50 anos de sua morte, em combate. *Jornal de Beltrão*, 28 de março de 2015, p. 12.

Golpe de 1964, a comunidade local percebeu a fixação das unidades militares como garantia da propriedade privada, desenvolvimento econômico e de tranquilidade social.

Destarte, a participação do Exército na revolta em 1957, apoiando os posseiros, no sentido de evitar a ação dos jagunços contratados pelas companhias de terras, algo inédito na história daquela instituição, lhes rendeu no imaginário social local o título de “guardião” das terras em litígio. Este imaginário foi fundamental no reforço da postura política da Guerra Fria motivando a população a participar como informante das Operações de Contraguerrilha de 1965, quando em seguida fora intitulada a guarnição militar da área com a denominação histórica de “SENTINELA DO SUDOESTE”.

Sabe-se que os comportamentos modais revelam uma organização social de uma determinada região. E a noção de valores é indissociavelmente ligada às ações, pois os cânones de julgamento que as pessoas fazem sobre os fatos são empíricos. (ROSENTAL, 1998) Amparado num processo de colonização recente em que a história da ocupação territorial na faixa de fronteira ocorrera a menos de uma década da ação guerrilheira, cuja atuação do Exército na expulsão de jagunços das companhias imobiliárias tornou-se um fato destacável na memória local, forjou-se um imaginário favorável à instituição militar. Pois, a permanência efetiva de militares naquela faixa de fronteira passou a ser uma exigência dos habitantes locais, logo quando o exército teve uma baixa no combate ao comunismo, ela foi absorvida pela população local como a perda de um membro da comunidade.

Cabe ressaltar que é pelo sentimento nacionalista que os indivíduos que nem se conhecem compartilham ideias, produzindo um senso de identidade mobilizável na resolução de problemas coletivos construídos na individualidade, operando na razão, ou na emoção, é que o nacionalismo²² consegue uma ação em conjunto, em cima de elementos construídos cotidianamente, ofertando a comunidade uma projeção otimista onde ritos e mitos possuem sentidos. (BALAKRISHNAN, 2000) Assim, aceitar o imaginário social nacionalista formado na região durante o processo de colonização oficial como aspectos da postura política de um grupo de fronteira, e que nos tempos atuais ainda expõe seus resquícios, é acolher que a constituição da identidade social não se dá apenas pelo concreto das relações de poder. No

²² Esta análise nos permite perceber que a política conservadora, e porque não reacionária, de Vargas, preocupada em ocupar demograficamente o sudoeste do Paraná e inseri - lá economicamente à nação, foi uma política extremamente nacionalista. Este nacionalismo oficial, já compreendido por Anderson (2008) no **Cap. V – Imperialismo e Nacionalismo Oficial**, em nada se parece com a gênese do nacionalismo popular americano ou francês, mas se apresentou como molde de uma política conservadora desconsiderando os habitantes locais que ocupavam a região: a população cabocla e alguns toldos indígenas. Portanto, neste estudo, quando referirmos à comunidade local como grupo de análise, estamos nos referindo aos integrantes da política oficial colonizadora – os auto denominados “pioneiros”, os migrantes sulistas de origem européia que efetivamente compuseram a Marcha para o Oeste, mas sem esquecermo-nos dos primeiros habitantes da região.

caso específico estudado, essa interpretação nos permite afirmar que a postura favorável à presença de tropas e a aceitação das tradições militares pela comunidade regional, bem como o posicionamento político durante a segunda metade do século passado, está muito mais vinculada ao seu histórico em comum – onde fora criada uma comunidade imaginada horizontalmente por uma identidade nacionalista – do que posicionamento político ideológico da Guerra Fria, ou então, por ações coercivas durante a Ditadura Militar brasileira. É certo que, afastado dos grandes centros político/universitários, o sudoeste do Paraná, permaneceu inerte às ações repressivas da Ditadura militar brasileira²³.

Referências

- Acervo do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão-PR.
Acervo fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso, (Orgs). **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira.** Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 2002.
- BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 209-215.
- BERNARDI, Lunalva Edméa. **Santo Antonio do Sudoeste (PR): Memórias de um Povo de Fronteira.** Dissertação de Mestrado em História Regional. Passo Fundo, 2007. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007.
- Caderno Cultural nº 1 Projeto Memória. Revolta dos Possesiros: Cinquentenário 1957-2007.** Departamento de Cultura de Francisco Beltrão/PR, 2007.
- CASTELLI, Cerli Terezinha; QUADROS, Miguel; BONAMIGO, Carlos Antônio. Ocupação e Colonização: o conflito pela posse da terra no Sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Claídes Rejane. In: **Revisitando a História: a revolta dos possesiros de 1957 no sudoeste do Paraná.** Francisco Beltrão, Grafisul, 2007.
- Certificado de Reservista de 1ª Categoria do Sr. Oreste Barbieri.
- COLNAGHI, Maria Cristina. Colonos e Poder: A luta pela terra no sudoeste do Paraná. Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná.**

²³ Este artigo compõe resultados de pesquisa histórica sobre a presença militar no Sudoeste do Paraná vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPQ intitulado Cultura, Etnias, Identificações da UNICENTRO. Uma versão inicial desta discussão fora apresentada no III Congresso Internacional de História da UPF- Set. 2015 com titulação de “O SUDOESTE DO PARANÁ E A PRESENÇA MILITAR: ASPECTOS DE UMA COMUNIDADE IMAGINADA”, sendo posteriormente publicado nos anais daquele evento.

CORADINI, Odacir Luiz. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) Mitos e heróis: construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p. 209-236.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOMES, IriaZanoni. **1957, a Revolta dos Posseiros.** 3ª. Ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o Espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970).** Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GUIBERNAU, Monserrat. **Nacionalismos.** O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HELLER, Osvaldo. A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Editora: Curitiba, 2006.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina/e o início da colonização alemã no Baixo Rio do Peixe SC.** Joaçaba: Unoesc, 1996.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas de Alexandre Gusmão à Rio Branco.** Passo Fundo: Méritos, 2007.

Jornal de Beltrão, 28 de março de 2015.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense.** Francisco Beltrão: Grafite, 1998.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre Jagunços e Posseiros.** 1 Ed. Curitiba: S/Eitora, 1986.

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297> . Acessado em: 09 de Agos. 2015.

<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/497-cnv-vai-ao-rio-grande-do-sul-reconstruir-a-historia-do-primeiro-levante-armado-contr-a-ditadura-militar>. Acesso em: 19 dez. 2014.

MICHELL, José. **Segredos à direita e à esquerda na Ditadura.** 1ª Ed. Porto Alegre: Zero Hora Editora, 2007.

NAUJORKS, Carlos José. Identidade e formação nacional: uma análise a partir dos estudos sobre a formação da nação uruguaia. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 113-133, dez. 2010.

Projeto Memória Cultural da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 253 - Anita Salmoria Barbieri.

ROSENTAL, Paul-André. “Construir o “macro” pelo “micro”: Frederik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org) **Jogos de escala.** Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 152-165.

Relatório do Tenente Lemos. Transcrito no Livro Histórico da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria anexo ao Livro de Memórias do Tenente Camargo disponível nas dependências do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado - Francisco Beltrão-PR.

Revista 50 anos da Revolta dos Posseiros 1957-2007: **Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente. Departamento de Cultura do Município de Pato Branco - PR.**

STRATHERN, Andrew; STEWART, Pamela J. “Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes”. In: BARROS, João Rodrigues (Coord.) **Globalização e identidade nacional.** São Paulo: Atlas, 1999, p. 39-64.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça.** Brasília: Editora Ser, 2006.

ZAGO, Luciana Grespan. **Fronteira e Segurança Nacional do Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon.** Passo Fundo, 2007. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo.

ZATTA, Ronaldo. A análise do discurso na narrativa de um cerimonial militar: o caso Tenente Camargo. **Semina (UPF)**, v. 12, p. 1-19, 2013.

ZATTA, Ronaldo; RIPPEL, Leomar. A eleição de 'heróis' pioneiros na Revolta dos Posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná. **Revista IDEAS** (Online), v. 7, p. 42-66, 2013.

ZATTA, Ronaldo; COSTA GAMA, Josué; RIPPEL, Leomar. **Tenente Camargo**: estudos de memória sobre a institucionalização de um "herói" militar. 1ª Ed. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora, 2010.

ZATTA, Ronaldo. **Sentinelas do Sudoeste**: o Exército brasileiro na fronteira paranaense. Passo Fundo, 2009. Dissertação (Mestrado em História). PPGH da Universidade de Passo Fundo.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Ed. Vicentina. 1987.

Recebido em: 20 de dezembro de 2015.

Aprovado: 03 de março de 2016.